



Número: **0601485-79.2020.6.00.0000**

Classe: **TUTELA CAUTELAR ANTECEDENTE**

Órgão julgador colegiado: **Colegiado do Tribunal Superior Eleitoral**

Órgão julgador: **Ministro Mauro Campbell Marques**

Última distribuição : **07/10/2020**

Valor da causa: **R\$ 0,00**

Assuntos: **Conduta Vedada ao Agente Público, Cargo - Prefeito, Abuso - De Poder Político/Autoridade, Ação de Investigação Judicial Eleitoral**

Objeto do processo: **Trata-se, na origem, de Ação de Investigação Judicial Eleitoral (8788-87) ajuizada pelo MINISTÉRIO PÚBLICO ELEITORAL em face de MARCELO BEZERRA CRIVELLA, prefeito, e de RUBENS TEIXEIRA DA SILVA, candidato ao cargo de deputado federal nas eleições 2018.**

Trata-se, também, da Ação de Investigação Judicial Eleitoral (8859-89) ajuizada pelo PARTIDO SOCIALISMO E LIBERDADE (PSOL) e COLIGAÇÃO MUDAR É POSSÍVEL em face de MARCELO BEZERRA CRIVELLA, prefeito, RUBENS TEIXEIRA DAS SILVA, RAPHAEL LEANDRO VITOR MATEUS, MARCELO HODGE CRIVELLA e ALESSANDRO SILVA DA COSTA, candidatos as cargos de deputados federal e estadual, pelos seguintes supostos fatos:

O prefeito teria promovido, no dia 5/7/2018, no Palácio da Cidade, sede do governo municipal, reunião denominada "Café da Comunhão, onde teriam sido ofertadas diversas vantagens a líderes de específico segmento religioso com o intuito de beneficiar a candidatura de Rubens Teixeira e demais candidatos.

Obs.: A AIJE 8788-87 e a AIJE 8859-89 foram julgadas conjuntamente pelo TRE.

Requer-se, na presente Tutela Cautelar Antecedente, seja reconhecida a existência de efeito suspensivo automático ao recurso ordinário interposto em face da decisão condenatória na AIJE 8859-89, ou, seja concedida tutela provisória de urgência, em caráter liminar e inaudita altera pars, para ser atribuído efeito suspensivo ao recurso ordinário e suspensos os efeitos do acórdão condenatório até o julgamento de mérito pelo TSE.

Processo Referência: AIJE 885989 / AIJE 878887

Segredo de justiça? **NÃO**

Justiça gratuita? **NÃO**

Pedido de liminar ou antecipação de tutela? **SIM**

Partes	Procurador/Terceiro vinculado
MARCELO BEZERRA CRIVELLA (AUTOR)	DANILA JESUS SILVA FERREIRA (ADVOGADO) FERNANDA CHAGAS MONIZ DE ARAGAO GONZAGA (ADVOGADO) ALBERTO SAMPAIO DE OLIVEIRA JUNIOR (ADVOGADO) ADMAR GONZAGA NETO (ADVOGADO) MARCELLO DIAS DE PAULA (ADVOGADO)

Ministério Público Eleitoral (REU)			
COLIGAÇÃO MUDAR É POSSÍVEL (REU)			
Procurador Geral Eleitoral (FISCAL DA LEI)			
Documentos			
Id.	Data da Assinatura	Documento	Tipo
44304 988	12/10/2020 21:43	Decisão	Decisão



TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL

TUTELA CAUTELAR ANTECEDENTE (12134) Nº 0601485-79.2020.6.00.0000 (PJe) – RIO DE JANEIRO – RIO DE JANEIRO

Relator: Ministro Mauro Campbell Marques

Requerente: Marcelo Bezerra Crivella

Advogados: Admar Gonzaga Neto – OAB/DF 10973 e outros

DECISÃO

Eleições 2018. Tutela cautelar. Concessão de efeito suspensivo a recurso ordinário. AIJE. Abuso do poder político e conduta vedada. Uso de veículos da Companhia Municipal de Limpeza Urbana (Comlurb) para o transporte dos respectivos funcionários. Alegado desvio de finalidade do evento realizado. Fundamentos do acórdão regional fundados, essencialmente, em depoimentos extraídos de CPI instaurada pela Câmara Municipal do Rio de Janeiro para apurar os mesmos fatos e em matérias jornalísticas. Evento aberto ao público. Número reduzido de participantes. Ausência de registro do quantitativo de veículos da Comlurb que efetivamente teria sido utilizado no transporte de funcionários para o evento e de quem os utilizou. Localização dos veículos extraída unicamente de dados de GPS que indicavam passagem ou proximidade no local evento. Eleitorado



de 12 milhões de pessoas. Aparente fragilidade do conjunto probatório no sentido da efetiva participação do requerente na organização do evento. Recurso ordinário. Ampla devolutividade. Plausibilidade do direito. Liminar deferida, cujos efeitos perduram até o julgamento do mérito pelo Plenário, que terá prioridade.

Marcelo Bezerra Crivella, prefeito do Município do Rio de Janeiro/RJ, apresenta tutela cautelar, com pedido de liminar, com vistas à concessão de efeito suspensivo ao recurso ordinário interposto contra o acórdão do Tribunal Regional Eleitoral do referido estado prolatado na AIJE nº 0608859-89.2018.6.19.0000, em que foi condenado – juntamente com Alessandro Silva da Costa e Marcelo Hodge Crivella – pela prática de abuso do poder político e condutas vedadas pelos incisos I e III do art. 73 da Lei nº 9.504/1997, tendo-lhe sido cominadas as sanções de multa, em seu patamar máximo, no valor de R\$ 106.410,00, e de inelegibilidade pelo prazo de 8 anos, a contar das eleições de 2018.

Informa que (ID 43930688, fls. 2-11):

Na petição inicial, que foi proposta em 18 de dezembro de 2018 (dia da diplomação dos eleitos), a coligação requerida faz menção a dois eventos realizados bem antes da data do primeiro turno das eleições de 2018. São eles:

[...]

b) reunião realizada em 13 de setembro de 2018, na quadra da Escola G.R.E.S. Estácio de Sá, por iniciativa de Alessandro Costa. A recorrida alega que o evento foi direcionado aos servidores efetivos e terceirizados da Companhia Municipal de Limpeza Urbana – COMLURB, que teriam sido para lá conduzidos com veículos oficiais da empresa.

[...]

Ato seguinte, os membros do TRE julgaram improcedentes os pedidos relativos ao primeiro evento e parcialmente procedentes em relação aos investigados Marcelo Bezerra Crivella, Alessandro Silva e Marcelo Hodge Crivella quanto ao segundo, que foi o evento ocorrido na Escola Estácio de Sá (ID n. 12710009).

[...]

O requerente interpôs recurso ordinário, cuja tempestividade foi certificada pelo TRE/RJ, por meio do qual pretende a atribuição de efeito suspensivo [...].

Justifica a presença da fumaça do bom direito por meio dos seguintes tópicos (ID 43930688, fl. 15):

a) o julgamento da AIJE no TRE/RJ contou com a participação de julgador que se declarou impedido e, na data do julgamento, desimpedido;



b) inobservância da necessidade de formação do litisconsórcio passivo necessário, na medida em que tanto os autores da conduta tida por ilícita, quanto todos os beneficiários não foram incluídos no polo passivo da demanda, em desacordo com a jurisprudência desse eg. TSE inclusive com relação ao pleito de 2018 (litisconsórcio passivo necessário dos beneficiários);

c) o v. acórdão se fundamenta quase exclusivamente em prova emprestada inadmissível;

d) inexistente prova robusta nos autos a evidenciar a participação, determinação ou sequer convivência de Marcelo Bezerra Crivella nos fatos tidos por ilícitos. A condenação, *data maxima venia*, foi baseada em meras ilações – o que vai de encontro à jurisprudência desse eg. TSE;

e) o evento realizado na quadra da escola de samba Estácio de Sá contou com participação de menos de 150 (cento e cinquenta) pessoas, das quais menos de 50 eram funcionários da Comlurb (em um universo de 10 milhões de eleitores no Estado do Rio de Janeiro);

f) ainda que se considere alguma ilicitude, inexistente gravidade a ensejar a macular a lisura do pleito que autorize a condenação às graves penas constantes do v. acórdão recorrido;

g) a condenação não observou os critérios constitucionais de proporcionalidade e razoabilidade ao imputar não apenas a declaração de inelegibilidade, mas também multa em seu patamar máximo.

Quanto ao perigo da demora, argumenta que “[...] decorre do fato que registrou seu pedido de candidatura à reeleição ao cargo de Prefeito do Rio de Janeiro [...]”, bem como que “[...] já há impugnações ao seu pedido de registro que têm por fundamento justamente a condenação cujos efeitos aqui se pretende suspender” (ID 43930688, fls. 70-71).

Requer, ao final, o reconhecimento do efeito suspensivo automático do recurso ordinário interposto na origem ou, subsidiariamente, o deferimento da tutela de urgência, em caráter liminar, a fim de que seja atribuído efeito suspensivo ao referido recurso até o julgamento do mérito por esta Corte Superior.

É o relatório. Passo a decidir.

A petição inicial está subscrita por advogados habilitados nos autos do processo eletrônico (IDs 43930738 e 43930788).

Conforme relatado, o TRE/RJ, ao apreciar a AIJE nº 0608859-89, cujo julgamento finalizou-se em 24.9.2020, julgou parcialmente procedente os pedidos para condenar o requerente, prefeito do Município do Rio de Janeiro eleito em 2016, pela prática das condutas vedadas previstas nos incisos I e III do art. 73 da Lei nº 9.504/1997 – razão pela qual lhe foi imposta a pena de multa – e, pelos mesmos fatos, reconhecer o abuso do poder político, de modo a lhe aplicar a sanção de inelegibilidade, nos termos do art. 22, XIV, da Lei Complementar nº 64/1990.

De início, registro que os fatos alusivos à condenação em análise ocorreram durante as eleições de 2018, em que eram candidatos Alessandro Silva da Costa e Marcelo Hodge Crivella, respectivamente, para os cargos de deputado estadual e deputado federal, também condenados pelo acórdão regional.

Verifico que o presidente do TRE/RJ, desembargador Cláudio Brandão de Oliveira, exarou despacho em que, ao tempo em que atestou a tempestividade do recurso ordinário e determinou a intimação dos recorridos, Diretório Estadual do Partido Socialismo e Liberdade (PSOL) e Coligação Mudar é Possível (PSOL e Partido Comunista Brasileiro – PCB) para apresentarem contrarrazões, ressaltou que, por não se sujeitar a exame prévio de admissibilidade, falta-lhe competência para analisar o pedido de atribuição de efeito suspensivo ao referido apelo interposto pelo ora requerente (ID 43936688, fls. 106-108).

Assim, noto ter sido inaugurada a competência desta Corte Superior, o que permite o conhecimento da presente tutela cautelar.



A concessão de efeito suspensivo a recurso é situação excepcionalmente admitida pela jurisprudência quando demonstrada a presença simultânea da fumaça do bom direito e do perigo de dano nas alegações postas na tutela cautelar.

A título ilustrativo, confira-se, *mutatis mutandis*, o seguinte precedente:

AGRAVOS REGIMENTAIS. AÇÃO CAUTELAR. LIMINAR. ELEIÇÕES 2008. PREFEITO. PEDIDO DE EFEITO SUSPENSIVO A RECURSO ESPECIAL. REQUISITOS PREENCHIDOS. CHEFIA DO PODER EXECUTIVO. ALTERNÂNCIA. NÃO PROVIMENTO.

1. O deferimento de pedido liminar em Ação Cautelar para atribuir efeito suspensivo a recurso não dotado desse efeito exige a presença conjugada da fumaça do bom direito – consubstanciada na plausibilidade do direito invocado – e do perigo da demora – que se traduz na ineficácia da decisão se concedida somente no julgamento definitivo da ação.

[...]

5. Agravos regimentais não providos.

(AgR-AC nº 1302-75/BA, rel. Min. Nancy Andrighi, julgado em 30.8.2011, *DJe* de 22.9.2011)

Feitas essas considerações, passo ao exame dos requisitos da tutela de urgência pleiteada.

Nos termos do art. 300 do Código de Processo Civil, a concessão da tutela de urgência pressupõe a existência de risco de dano e a probabilidade do direito, no caso, a plausibilidade das teses veiculadas no recurso ordinário já interposto no TRE/RJ e pendente de envio para esta Corte Superior.

Conforme se extrai do acórdão regional colacionado aos autos digitais, as condutas que ensejaram a condenação do requerente consistiram na realização de um evento, em 13.9.2018, na sede da Escola de Samba Estácio de Sá, para o qual funcionários da Companhia Municipal de Limpeza Urbana (Comlurb) foram levados por veículos da própria sociedade de economia mista, sob o argumento de que seriam tratados temas de interesse institucional, mas que, segundo o acórdão condenatório, tratou-se de evento destinado a promover a campanha de Alessandro Silva da Costa e Marcelo Hodge Crivella, então candidatos a cargos eletivos no pleito de 2018.

Por pertinente, colaciono os seguintes trechos do acórdão (ID 43936488, fls. 82-100, e ID 43936438, fls. 12-47):

A reunião em questão foi objeto de reportagens investigativas, produzidas a partir de denúncia feita por uma fonte anônima que teria sido obrigada a participar do evento, as quais apontaram o suposto uso indevido de veículos oficiais para o transporte de empregados da Companhia, circunstância que motivou a instauração da Comissão Parlamentar de Inquérito n.º 1447/2018 no âmbito da Câmara Municipal do Rio de Janeiro para apurar os fatos.

Em suas alegações finais (ID 11477409), a legenda autora afirma que “a comprovação da utilização de diversos veículos a serviço da empresa pública COMLURB, bem como a convocação de seus funcionários pelas chefias restou patente nos depoimentos prestados à Comissão Parlamentar de Inquérito [...]”.

Segue asseverando que muitos funcionários compareceram ao encontro “sem sequer saber que estavam indo para um evento político-eleitoral”, pois acreditavam tratar-se de uma reunião na qual seriam abordados assuntos relativos à COMLURB.

[...]



Antes de tudo, cumpre registrar que, consoante informado pela defesa dos investigados, a despesa com a locação da aludida quadra da Escola de Samba, de fato, consta da prestação de contas de Alessandro Costa, autuada sob o nº 0604719-12.2018.6.19.0000

[...]

Fato é que as constatações feitas acima, aliadas às fotos anexadas à inicial, a primeira, em que o prefeito do Rio está em um palco, ao lado dos investigados e de outros apoiadores, e a segunda, em que ele aparece cumprimentando populares, denotam que o encontro na quadra da escola de samba da Estácio de Sá tinha por escopo promover as candidaturas dos investigados, e não tratar de interesses da COMLURB. A corroborar essa tese estão, ainda, os depoimentos colhidos pelos integrantes da CPI n.º 1147/2018 e em sede judicial, todos no sentido de que se tratava de evento aberto ao público, ao qual qualquer cidadão poderia aderir.

Com efeito, em juízo, o depoente João Mendes de Jesus, Secretário de Assistência Social e Direitos Humanos da Prefeitura do Rio de Janeiro disse (ID 9673959):

[...] que foi convidado pelo representado Alessandro para comparecer ao evento, onde [sic] efetivamente esteve, tendo chegado pouco depois do começo; que foi Alessandro quem organizou o evento; que não se recorda do horário exato que a reunião iniciava, mas algo em torno de 19h30; que foi para o evento caminhando, com mais alguns companheiros, considerando que a quadra da Estácio de Sá fica uns 300 metros da sede da Prefeitura; que calcula a presença de umas 100 (cem) pessoas no local quando lá chegou; que foi acompanhado de dois servidores da Prefeitura ao local e não tem como precisar/lembrar se na platéia [sic] havia outros servidores; que não havia pessoas com uniforme da Prefeitura; que era um evento político e qualquer pessoa que quisesse adentrar poderia fazê-lo; [...]

Por sua vez, a então Presidente do diretório municipal do partido Republicanos, Tania Cristina Magalhães Bastos e Silva afirmou (ID 9674059):

[...] que soube do evento da Estácio de Sá no mesmo dia, sendo convidada pelo Vereador João Mendes, que achou interessante comparecer ao local por ser parceira de João Mendes e também por se tratar de uma escola de samba, onde normalmente os evangélicos não frequentam; que era um evento público e não chegou a ser mencionado qual seria o público alvo [...]

Na mesma linha, quando questionado pelo relator da CPI n.º 1447/2018, vereador Thiago K. Ribeiro, se o evento era somente para funcionários da COMLURB ou se havia pessoas de outros segmentos da sociedade civil e de outros setores públicos envolvidas, o Coordenador Especial da Presidência da COMLURB, Renato Ferreira Rodrigues, declarou (ID 10541209, fl. 16):

O SR. RENATO FERREIRA RODRIGUES – Vereador, o evento foi aberto ao público. Então, eu não tenho muito conhecimento dos outros órgãos, mas a gente tinha uma quantidade significativa de pessoas, creio que da comunidade, do entorno, mas da Comlurb era algo em torno de 50 ou 60 pessoas. Foi um evento aberto ao público, não tinha nenhum tipo de assinatura, controle, catraca, nada disso. Nós tínhamos um evento, realmente, bem aberto.

No que toca à participação de funcionários da COMLURB no evento em tela, é de conhecimento mezinheiro que, fora da jornada de trabalho, não há qualquer impedimento para



o engajamento voluntário de servidores em campanhas eleitorais. Com efeito, sua participação em atos político-partidários só se revela ilícita quando realizada mediante coação, perseguição ou ameaça por parte de seus superiores hierárquicos àqueles que se recusam a aderir a essas atividades.

[...]

Não se desconhece a prática de alguns administradores públicos de compelir seus subordinados a participarem ativamente das campanhas políticas de seus aliados. No entanto, da análise do extenso caderno processual, inserto nos autos, não ressaltou, em nenhum momento, que os funcionários da COMLURB tenham sido obrigados a comparecer ao mencionado evento.

Todos os depoimentos colhidos em juízo e perante a Comissão Parlamentar de Inquérito instituída pela Resolução nº 1447/2018 da Câmara Municipal do Rio de Janeiro foram uníssonos no sentido de que os empregados foram simplesmente convidados, e não convocados, a participar da aludida reunião. Outrossim, aqueles que lá estiveram aduziram que aderiram ao evento por livre e espontânea vontade.

[...]

Em depoimento prestado aos parlamentares da CPI nº 1447/2018 (ID 10541809), o então Presidente da COMLURB, Sr. Tarquínio Prisco Fernandes de Almeida, além de negar que o evento foi organizado pela COMLURB, confirmou que o convite foi formulado pelo Prefeito:

[...]

A partir da transcrição feita, depreende-se que o prefeito Marcelo Crivella, de fato, convidou, por intermédio do Sr. Tarquínio Prisco, funcionários da Companhia para comparecerem ao evento promovido na quadra da escola de samba do G.R.E.S Estácio de Sá. Essa também foi a conclusão a que chegou a CPI nº 1447/2018, em seu relatório final (ID 10543559, fl. 66):

[...] Pela dinâmica das oitivas e da documentação analisada, no que se refere aos dados do GPS, BDT, BDOs, constatamos que houve, sim, um convite partindo do presidente da empresa que fora replicado aos superintendentes, e estes replicados aos seus gerentes e suas equipes, para participarem espontaneamente da referida reunião, sem que, em momento algum, tivesse ficado explícito que se tratava de uma convocação do Senhor Prefeito [...].

Uma das reportagens em vídeo amplamente divulgadas pelos veículos de comunicação, que foi inclusive juntada aos autos da Representação por conduta vedada nº 0607959-09, que apura a mesma causa de pedir que ora se analisa e na qual figuram como representados, além dos aqui investigados, o Sr. Tarquínio Prisco Fernandes de Almeida e o então postulante ao cargo de Senador da República, Sr. Eduardo Benedito Lopes (ID 477419), exibiu trecho do discurso do Prefeito Marcelo Crivella proferido no evento, no qual afirma que pediu apoio ao então Presidente da COMLURB, nos seguintes termos: “Eu peço a vocês que considerem os meus companheiros e por isso que eu pedi ao Tarquínio que, se pudesse, também nos ajudasse”.

[...]

Como sabido, matérias jornalísticas são fonte legítima para deflagração de procedimentos investigativos, não havendo qualquer vedação ao seu uso como meio de prova. Com efeito, a



teor do art. 369 do CPC, as partes podem empregar todos os meios legais, bem como os moralmente legítimos, para provar a verdades dos fatos.

[...]

Nessa perspectiva, além das matérias jornalísticas, os documentos, fotografias, vídeos, e, especialmente, os depoimentos colhidos no bojo da CPI instaurada pela Câmara Municipal do Rio de Janeiro que compõem o acervo probatório dos autos, em conjunto, não deixam dúvidas quanto à prática dos ilícitos descritos na inicial.

[...]

A partir do cotejo dos depoimentos prestados perante os parlamentares que compunham a CPI nº 1447/2018 da Câmara Municipal do Rio de Janeiro, observa-se que os gerentes que autorizaram o uso das viaturas para o fim de transportar funcionários até o local do evento declararam tê-lo feito por acreditarem que o escopo da reunião na quadra da Escola de Samba Estácio de Sá era tratar de interesses da COMLURB, o que já teria ocorrido em outras ocasiões em reuniões de natureza semelhante. Também afirmaram que os funcionários não estariam em horário de expediente, com exceção dos motoristas.

Cito, por relevantes, excertos de alguns destes testemunhos colhidos no bojo do procedimento investigatório instaurado por aquela Casa de Leis:

ALESSANDRA MOTA DOS SANTOS, Gerente da COMLURB em Bangu (ID 10543259, fl. 3 e ss):

[...]

SR. PAULO CÉSAR DO ESPÍRITO SANTO DA SILVA, Gerente da COMLURB de Marechal Hermes (ID 10543259, fl. 15 e ss.):

[...]

NILTON DA SILVA PARREIRA, Gerente da COMLURB em Inhaúma (ID 10543259, fls. 39 e ss):

[...]

SR. EDUARDO BATISTA DOS SANTOS, Gerente da COMLURB da Penha (ID 10543259, fls. 53 e ss):

[...]

SR. JULIO EDUARDO SOARES VIEIRA, Gerente da COMLURB da Ilha do Governador: (ID 10543259, fls. 62 e ss):

[...]

SR. GERSON LUIZ MALLET, Gerente da COMLURB do Méier (ID 10543259, fls. 70 e ss):

[...]

DENER DE SOUZA, então Gerente da COMLURB em Vigário Geral (ID 10541709):



[...]

Como se nota, os gerentes ouvidos reconheceram terem autorizado o uso de veículos oficiais, mas para atenderem à reunião de trabalho. Outrossim, todos referiram terem sido convidados a participar do encontro por seus Superintendentes, os quais teriam lhes dito que na ocasião seriam abordados assuntos de interesse dos funcionários.

[...]

Apesar de, a princípio, causar certa estranheza a este relator as afirmações dos gerentes no sentido de que “reuniões dessa natureza” eram comuns, com a utilização de veículos da COMLURB e participação da Prefeitura do Rio, em breve pesquisa pelo *site* do município, encontrei notícias sobre tais eventos e pude confirmar o alegado.

A título de exemplo, encontrei publicação de 10/02/2014, no *site* da Prefeitura do Rio, a respeito de evento que ocorreu também em uma escola de samba, que foi citado pela gerente Alessandra Mota dos Santos (trecho do depoimento mais adiante). Desta vez, na quadra da Mocidade Independente de Padre Miguel, em Realengo, foi apresentado um empreendimento imobiliário aos funcionários da COMLURB, em uma parceria entre a Prefeitura, o Sindicato do Asseio e Conservação, a Caixa Econômica Federal e a Construtora e Incorporadora Tenda.

[...]

Também encontrei o programa citado pela mesma gerente, “Minha Casa, Meu Gari”, cuja apresentação aos funcionários ocorreu na sede da COMLURB, em notícia publicada em 18/03/2018:

[...]

Nesse sentido, além dos trechos já destacados nas transcrições anteriores, vejam-se os seguintes depoimentos prestados perante a CPI n.º 1447/2018, que podem lançar luz sobre a artimanha empregada:

RONALD RIBEIRO, Superintendente Regional Oeste (ID 10542259, fl. 18 e ss.):

[...]

Em outro trecho, em resposta às perguntas formuladas pela Vereadora Rosa Fernandes, o declarante Ronald Ribeiro manifesta-se nos seguintes termos:

[...]

ALESSANDRA MOTA DOS SANTOS, Gerente da COMLURB em Bangu (ID 10543259, fl. 3 e ss):

[...]

DENER DE SOUZA, então Gerente da COMLURB em Vigário Geral (ID 10541709):

[...]



SR. PAULO CÉSAR DO ESPÍRITO SANTO DA SILVA, Gerente da COMLURB de Marechal Hermes (ID 10543259, fl. 14 e ss.):

[...]

SEBASTIÃO ALVES NETO, Gerente da COMLURB na Piedade (ID 10543259, fls. 30 e ss):

[...]

NILTON DA SILVA PARREIRA, Gerente da COMLURB em Inhaúma (ID 10543259, fls. 38 e ss):

[...]

SR. EDUARDO BATISTA DOS SANTOS, Gerente da COMLURB da Penha (ID 10543259, fls. 53 e ss)

[...]

SR. JULIO EDUARDO SOARES VIEIRA, Gerente da COMLURB da Ilha do Governador (ID 10543259, fls. 62 e ss):

[...]

SR. GERSON LUIZ MALLETT, Gerente da COMLURB do Méier (ID 10543259, fls. 68 e ss):

[...]

SR. RAFAEL DA SILVA, Gerente da COMLURB de Serviços Extraordinários e Pronto Emprego - Oeste (ID 10543259, fls. 73 e ss):

[...]

Sobreleva notar que, do total de 9 (nove) gerentes ouvidos pelos parlamentares que integravam a CPI n.º 1447/2018, 8 (oito) referiram ter sido convidados para participar da reunião pelo Superintendente da Regional Norte, Sr. Luís Guilherme Osório. Outrossim, todos os 8 (oito) asseveraram que foram informados por ele que o objetivo do encontro seria tratar de assuntos relativos à COMLURB, e não promover um evento político-eleitoral.

[...]

Por relevante, transcrevo, então, passagem do depoimento prestado pelo Sr. Luiz Guilherme Osório à CPI da Câmara na qual expõe sua versão sobre os fatos (ID 10541709, fl. 14 e ss.):

[...]

A todas as luzes, no entanto, o Presidente da COMLURB, seus superintendentes e diretores, atuando como do Prefeito *longa manus* Marcelo Crivella, deliberadamente, falsearam a verdade sobre o escopo da reunião e usaram os gerentes como massa de manobra para pôr em prática a estratégia de colocar os recursos materiais e humanos da empresa a serviço das candidaturas dos investigados.



[...]

Embora não se tenha chegado a um número preciso de veículos que se deslocaram para o local do evento, a CPI n.º 1447/2018 apurou, a partir do cotejo entre o sistema de monitoramento instalado nas viaturas, boletins diários de operações e boletins diários de transporte, que dezenas de carros da companhia estavam fora da sua região de atuação, circulando pelas imediações da quadra da Estácio de Sá. Nesse sentido, confira-se passagem do voto em separado da Presidente da Comissão, Vereadora Teresa Bergher, que esclarece a questão (ID 10543559, fl. 97):

[...]

Os fatos articulados na exordial e o conjunto probatório angariado não deixam dúvidas acerca dos ilícitos eleitorais, consubstanciados no transporte de servidores da COMLURB, alguns dos quais em horário de expediente, em veículos afetados àquela empresa, determinada pelo Prefeito Marcelo Crivella, com o manifesto propósito de favorecer candidaturas que lhes são simpáticas.

[...]

Nesse diapasão, na trilha do parecer ministerial (ID 11094759, fls. 07/08), endosso a conclusão do voto em separado proferido pela Vereadora Teresa Bergher, Presidente da CPI instituída pela Resolução n.º 1.447/2018, que discordou do teor do relatório final apresentado pelo relator da Comissão, nos seguintes termos: [...].

Da leitura do acórdão supra, extraem-se as seguintes conclusões:

a) o local do evento – alugado pelo então candidato Alessandro Silva da Costa – encontra-se a cerca de 300 metros da sede da Prefeitura, cuja limpeza é realizada por funcionários da Comlurb, havendo uma unidade da empresa nas imediações;

b) o acervo probatório, no que se refere à conduta em análise, é composto por depoimentos extraídos quase que exclusivamente da Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) instaurada pela Câmara Municipal do Rio de Janeiro para apurar os mesmos fatos e por matérias jornalísticas, sendo que, em juízo, só foram colhidos depoimentos de testemunhas dos investigados (ID 43932388, fls. 7-32);

c) os depoimentos apontam que o evento era aberto ao público e que, apesar de não haver precisão numérica, colhe-se dos depoimentos a estimativa de 50 a 150 pessoas, não havendo precisão de quantas eram funcionárias da Comlurb;

d) os depoimentos foram unânimes no sentido de que ninguém foi obrigado a participar do evento, de modo que as adesões se deram por livre e espontânea vontade;

e) as autorizações para o uso dos veículos da empresa para o transporte de funcionários partiram dos gerentes regionais, tendo sido consignado ser esse o expediente rotineiro na empresa;

f) gerentes regionais ouvidos na CPI aduziram terem sido convidados pelo superintendente;

g) não há registro do quantitativo de veículos da Comlurb que efetivamente teria sido utilizado no transporte de funcionários para o evento nem de quem os utilizou, tendo o acórdão se baseado em informações da CPI relativas a dados de GPS que indicavam localização próxima ao local evento;

h) eleitorado do Rio de Janeiro em 2018: 12.408.304 milhões (<<http://inter04.tse.jus.br/ords/dwtse/f?p=1002:230:19341995128089::NO::>>)

Fixadas essas premissas, assento, desde logo, que não apreciarei a presente liminar no tocante às condutas descritas no art. 73, I e III, da Lei nº 9.504/1997, porquanto o autor foi condenado apenas à sanção de multa.



Isso porque esta Corte Superior entende que a mera imposição de multa pela prática de conduta vedada não implica em causa de inelegibilidade. Confira:

Registro. Condenação eleitoral. Conduta vedada.

1. A inelegibilidade referente à condenação por conduta vedada, por órgão colegiado ou com trânsito em julgado, prevista na alínea j do inciso I do art. 1º da LC nº 64/90, somente se configura caso efetivamente ocorra a imposição da sanção de cassação de registro ou de diploma no respectivo processo.
2. Evidencia-se não configurada a hipótese de inelegibilidade da alínea j se o candidato foi condenado pelas instâncias ordinárias apenas ao pagamento de multa pela prática de conduta vedada.

Agravo regimental não provido.

(AgR-REspe nº 230-34/MG, rel. Min. Arnaldo Versiani, *PSESS* de 30.10.2012)

Dito isso, tendo em vista que o fundamento relativo ao perigo da demora delineado pelo requerente funda-se no fato de que é candidato à reeleição à Prefeitura do Rio de Janeiro nas eleições de 2020 e que “[...] já há impugnações ao seu pedido de registro que têm por fundamento justamente a condenação cujos efeitos aqui se pretende suspender [...]” (ID 43930688, fl. 71), restrinjo-me à análise do que foi lançado nesta ação cautelar como fundamento da alegada probabilidade de procedência do recurso ordinário.

Em outras palavras, a presente apreciação não recai sobre a condenação do requerente fundada exclusivamente no art. 73, I e III e § 4º, da Lei das Eleições, mas, sim, na parte em que reconheceu a prática do abuso do poder político, que resultou na aplicação da sanção de inelegibilidade, nos termos do art. 22, XIV, da LC nº 64/1990.

Pois bem. É pacífico o entendimento de que “[...] para a imposição de severo juízo condenatório, apto à incidência da sanção de inelegibilidade, é inexorável a produção de prova robusta caracterizadora de abuso de poder [...]” (AIJE nº 0601823-24/DF, rel. Min. rel. Min. Jorge Mussi, julgada em 8.8.2019, *DJe* de 26.9.2019).

Nesse norte, com base nas conclusões extraídas do acórdão regional acima descritas (itens a-h), verifico, neste juízo prévio e perfunctório, que o decreto condenatório regional, em sua fundamentação, baseou-se, essencialmente, em documentos originados de CPI – que apurou os mesmos fatos – consistentes em depoimentos de gerentes regionais da Comlurb e em matérias jornalísticas.

Sobre o ponto, confirmam-se os seguintes trechos da decisão do relator do feito na origem, desembargador Claudio Luis Braga Dell Orto, por ocasião da análise do pedido de reconsideração formulado por Alessandro Silva da Costa – por meio do qual tencionava fosse expedido ofício ao secretário da Casa Civil da Prefeitura do Rio de Janeiro a fim de obter informações acerca do procedimento de averiguação sobre o evento em debate –, que foi indeferido (ID 43936038, fl. 53):

Como cediço, para que eventual pedido de reconsideração possa ser agasalhado, é imprescindível a superveniência de fatos com força para alterar a decisão objurgada. Contudo, *in casu*, nota-se que o requerente não trouxe quaisquer provas ou fundamentos novos capazes de infirmar o entendimento anterior, tendo se limitado a reproduzir os mesmos argumentos já aduzidos e rechaçados, que em nada inovam o feito. Assim, à míngua de elementos novos que justifiquem a reconsideração pretendida, deve-se manter a decisão censurada.

Para mais, conforme consignado no *decisum* ora atacado, a teor do art. 370 do CPC, compete ao juiz da causa determinar a necessidade e pertinência da produção das provas requeridas



pelas partes, cabendo-lhe indeferir aquelas reputadas prescindíveis e protelatórias, a fim de velar por uma prestação jurisdicional célere e eficaz.

Não há que se cogitar em cerceamento de defesa em razão do indeferimento da produção da prova em tela, na medida em que, consoante assentado naquela oportunidade, outras diligências foram providenciadas justamente para apurar tais acontecimentos.

Com efeito, foram juntadas aos autos cópias do procedimento de CPI instituída por meio da Resolução nº 1447/2018 da Câmara Municipal do Rio de Janeiro, que investiga o suposto uso da máquina pública no evento realizado na quadra da Escola de Samba Estácio de Sá, de modo que, no ponto, há elementos suficientes para formação do convencimento motivado deste julgador.

Forte nessas razões, indefiro o pedido de reconsideração.

Considerando que a Procuradoria Regional Eleitoral já apresentou seu parecer acerca dos procedimentos de Comissões Parlamentares de Inquérito instituídas no âmbito da Câmara Municipal do Rio de Janeiro para apurar os fatos que deram azo à presente demanda, e tendo em vista que não há mais provas a serem produzidas, dá-se por encerrada a instrução processual. (grifos acrescentados)

Não desconheço que a LC nº 64/1990, em seu art. 21, determina a aplicação analógica da Lei nº 1.579/1952 – que dispõe sobre as CPIs – às transgressões relativas a abuso de poder investigadas por meio de AIJE.

Contudo, também se aplicam ao devido processo legal eleitoral as garantias do contraditório e da ampla defesa, insculpidas no art. 5º, LIV e LV, notadamente no que se refere à produção das provas.

No caso, ainda que o TRE/RJ tenha se pronunciado sobre os documentos originados da CPI, que, não obstante possuir, em regra, poderes instrutórios próprios das autoridades judiciais, certo é que, no caso, ao menos numa análise precária, foram ouvidos em juízo apenas testemunhas indicadas pelos investigados, cujos depoimentos não possuem sintonia com os colhidos na CPI.

Não se está a negar, frise-se, vigência ao importante e necessário princípio do livre convencimento motivado, expressamente positivado em nosso ordenamento jurídico processual, a exemplo do art. 371 do CPC/2015. O que se avalia, na presente tutela cautelar, é a plena garantia aos princípios do contraditório e da ampla defesa dos investigados.

Cito, por exemplo, a conhecida “CPI do Mensalão”, que desaguou na AP nº 470, cujo trâmite se deu, indubitavelmente, pelo devido processo legal ocorrido no âmbito do Supremo Tribunal Federal.

Nesse sentido, discorrendo sobre a imprescindibilidade de sujeição das CPIs às garantias constitucionais, colaciono o seguinte trecho doutrinário da lavra do Ministro Alexandre de Moraes:

Dessa forma, a conduta das Comissões Parlamentares de Inquérito deve, portanto, equilibrar os interesses investigatórios, certamente de grande interesse público, com as garantias constitucionalmente consagradas, preservando a segurança jurídica e utilizando-se dos meios jurídicos mais razoáveis e práticos em busca de resultados satisfatórios garantindo a plena efetividade da justiça, sob pena de desviar-se de sua finalidade constitucional.

Há, portanto, necessidade de direcionar-se todas as regras hermenêuticas para garantir-se a plena aplicabilidade e efetividade dos direitos humanos fundamentais perante as Comissões Parlamentares de Inquérito.



Os direitos humanos fundamentais, enquanto uma das previsões absolutamente necessárias a todas as Constituições, no sentido de consagrar o respeito à dignidade humana, garantir a limitação de poder e visar o pleno desenvolvimento da personalidade humana, são absolutamente vinculantes ao exercício dos poderes investigatórios das Comissões Parlamentares de Inquérito.

(MORAES, Alexandre de. **Direito Constitucional**. 33. ed. São Paulo: Atlas, 2017, p. 324)

Registro, inclusive, que, com base nos elementos advindos da CPI, não se constatou a existência de pressão, ameaça ou qualquer outro meio para obrigar funcionários da Comlurb a participar do evento realizado em espaço que, conforme também apontou o acórdão regional, foi alugado por candidato alegadamente vinculado ao ora requerente.

Além disso, vê-se que, apesar de constar que a Comlurb possui cerca de 20 mil funcionários, os depoentes fazem menção a estimativas de reduzido número de pessoas no evento realizado, as quais o acórdão nem sequer vincula ao quadro funcional da referida empresa.

Registro que o relatório final da CPI – da qual surgiram os documentos que fundamentaram a condenação – concluiu pela inexistência de responsabilidade do ora requerente.

Como se sabe, a pena de inelegibilidade prevista no art. 22, XIV, da LC nº 64/1990 é de caráter personalíssimo e, portanto, demanda, para sua aplicação, provas robustas de que o agente tenha efetivamente contribuído com o abuso, não bastando meras ilações decorrentes de apoios a correligionários. Nesse sentido:

DIREITO ELEITORAL E PROCESSUAL CIVIL. RECURSO ORDINÁRIO. ELEIÇÕES 2014. AIJE POR ABUSO DO PODER POLÍTICO CUMULADA COM REPRESENTAÇÃO POR CONDUTA VEDADA. ART. 73, III, DA LEI Nº 9.504/1997. FRAGILIDADE DO CONJUNTO PROBATÓRIO. DESPROVIMENTO.

HIPÓTESE

[...]

MÉRITO

3. É imprescindível a existência de provas robustas e incontestes para a configuração da conduta vedada e da prática de abuso do poder político. Embora seja possível o uso de indícios para a comprovação dos ilícitos, a condenação não pode se fundar em frágeis ilações ou em presunções, especialmente em razão da gravidade das sanções impostas. Precedentes.

4. No caso, porém, o conjunto indiciário constante dos autos não permite concluir que a redução no horário do expediente das secretarias do município tenha ocorrido para que os respectivos servidores participassem de eventos eleitorais do então candidato ao cargo de deputado estadual. A prova testemunhal é uníssona em apontar a ocorrência de exposição no município como fundamento para a redução do expediente das Secretarias municipais. Além disso, as fotos extraídas do perfil do parlamentar no Facebook registram apenas a reunião ocorrida, apontando que houve presença de alguns servidores públicos nos atos de campanha – o que não é vedado pela legislação eleitoral –, sem comprovar que a liberação dos servidores se destinou a permitir sua participação no evento de campanha. Fica afastada, portanto, a configuração da conduta vedada prevista no art. 73, III, da Lei nº 9.504/1997 e de abuso do poder político.



CONCLUSÃO

5. Recurso ordinário desprovido, mantendo-se o acórdão regional de improcedência da ação de investigação judicial eleitoral e da representação por prática de conduta vedada.

(RO nº 1788-49/MT, rel. Min. Luís Roberto Barroso, julgado em 7.11.2018, *DJe* de 28.3.2019 – grifos acrescidos)

AGRAVO REGIMENTAL. RECURSO ESPECIAL ELEITORAL. ELEIÇÕES 2016. AÇÃO DE INVESTIGAÇÃO JUDICIAL ELEITORAL. ABUSO DO PODER POLÍTICO. CAPTAÇÃO ILÍCITA DE SUFRÁGIO. EVENTOS COM DISTRIBUIÇÃO DE COMIDA E BEBIDA. INCIDÊNCIA DO VERBETE SUMULAR 24. FRAGILIDADE DAS PROVAS. ABUSO DE PODER E FINALIDADE ELEITORAL NÃO COMPROVADOS. DESPROVIMENTO.

[...]

6. Ainda que superado esse óbice, verifica-se que o próprio mérito da deliberação regional não merece reparos, pois as provas com que se pretende demonstrar o abuso do poder econômico, a finalidade eleitoral, a gravidade e a participação dos candidatos são frágeis, estando a pretensão recursal ancorada em meras conjecturas e presunções.

7. “O abuso de poder não pode estar ancorado em conjecturas e presunções (AgR-REspe nº 258-20/CE, Rel. Min. João Otávio de Noronha, *DJe* de 2.9.2014), fazendo-se necessária, para sua configuração, a comprovação da gravidade das circunstâncias do caso concreto que caracterizam a prática abusiva, de modo a macular a lisura da disputa eleitoral, nos termos do art. 22, XVI, da LC nº 64/90 (AgR-REspe nº 349-15/TO, Rel. Min. Dias Toffoli, *DJe* de 27.3.2014 e REspe nº 130-68/RS, Rel. Min. Henrique Neves, *DJe* de 4.9.2013)” (REspe 570-35, rel. Min. Luiz Fux, *DJe* de 19.12.2016).

Agravo regimental a que se nega provimento.

(AgR-REspe nº 518-26/MG, rel. Min. Sérgio Banhos, julgado em 1º.8.2019, *DJe* de 21.8.2019 – grifos acrescidos)

Acresço que inexistente impedimento para que agentes políticos manifestem apoio a campanha eleitoral ou mesmo para que participem de eventos políticos. Cito:

ELEIÇÕES 2012. AGRAVO REGIMENTAL. RECURSO ESPECIAL ELEITORAL. AÇÃO DE INVESTIGAÇÃO JUDICIAL ELEITORAL. ART. 73, III, DA LEI Nº 9.504/1997. PARTICIPAÇÃO DE SERVIDORES EM REUNIÃO POLÍTICA EM CURTO PERÍODO E DURANTE HORÁRIO DE ALMOÇO. NÃO DEMONSTRADOS ABUSO DE PODER POLÍTICO E CONDUTA VEDADA A AGENTE PÚBLICO. REEXAME DE PROVAS. IMPOSSIBILIDADE. NÃO PROVIMENTO.

Histórico da demanda

1. Contra o acórdão do TRE/SP pelo qual reformada a sentença de procedência parcial da AIJE – condenados Palmínio Altimari Filho e Olga Lopes Salomão, candidatos à reeleição aos cargos de Prefeito e Vice-Prefeita de Rio Claro/SP nas Eleições 2012, ao pagamento de multa, nos termos do art. 73, §§ 4º e 8º, da Lei nº 9.504/1997 –, interpôs recurso especial o Ministério Público Eleitoral.



2. Negado seguimento ao recurso especial por decisão do então Relator, Min. Gilmar Mendes, sob o fundamento de que: (i) à luz da moldura fática delineada no aresto recorrido, não comprovados o abuso do poder político e a conduta vedada a agente público, porquanto a presença dos servidores no evento político ocorreu por um curto espaço de tempo e durante o horário de almoço, além de serem profissionais com jornada de trabalho flexível; e ii) a decisão regional está alinhada ao entendimento desta Casa.

Do agravo regimental

3. Inadmissível a inovação de tese em sede de agravo regimental - violação do art. 373, II, do CPC/2015, consubstanciada na discussão quanto ao ônus probatório. Preclusão. Precedentes.

4. A elisão da premissa assentada pela Corte de origem – de que a participação dos servidores públicos comissionados no evento político ocorreu durante o seu horário de almoço – demandaria o reexame da prova dos autos, providência vedada em sede de recurso especial, a teor da Súmula nº 24/TSE.

5. Não há falar em violação do art. 73, III, da Lei 9.504/1997 quando a participação de agente público em campanha eleitoral ocorre fora do seu horário normal de expediente. Precedentes.

Agravo regimental conhecido e não provido.

(AgR-REspe nº 379-50/SP, rel. Min. Rosa Weber, julgado em 23.11.2017, *DJe* de 2.2.2018)

Desse modo, nesse breve exame, verifico a plausibilidade jurídica do direito invocado pelo requerente, haja vista a aparente fragilidade do conjunto probatório no sentido da efetiva participação de Marcelo Bezerra Crivella no evento narrado.

Ademais, cumpre frisar que o recurso objeto do efeito suspensivo é, por sua natureza, dotado de ampla devolutividade, de modo que, diante da magnitude do cenário fático-jurídico apresentado – evidenciado pelo acórdão regional, composto de 163 laudas (IDs 43936288 e 43936388) –, afigura-se prudente, no caso, deferir a tutela de urgência, que vigorará até o julgamento do mérito por este Plenário, a fim de preservar a amplitude do debate. Nesse sentido:

AGRAVO INTERNO EM AÇÃO CAUTELAR. ELEIÇÕES 2010. AÇÃO DE INVESTIGAÇÃO JUDICIAL ELEITORAL. USO INDEVIDO DE MEIO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL. CANDIDATO. DEPUTADO FEDERAL. DEFERIMENTO. MEDIDA LIMINAR. EFEITO SUSPENSIVO. RECURSO ORDINÁRIO. NECESSIDADE. PRESERVAÇÃO. DIREITO. ELEGIBILIDADE. DESPROVIMENTO.

- Caso em que, em razão da ampla devolutividade de que se reveste o recurso interposto e considerando ainda os fatos e fundamentos aduzidos nas suas razões, tem-se por prudente a concessão da liminar, preservando-se a elegibilidade do agravado, mormente quando colocado em debate limites à liberdade de manifestação e de informação.

- Agravo interno a que se nega provimento.

(AgR-AC nº 325-49/MT, rel. Min. Gilson Dipp, julgado em 16.8.2012, *DJe* de 4.9.2012)

Ante o exposto, **defiro a tutela de urgência** para atribuir efeito suspensivo ao recurso ordinário interposto nos autos da AIJE nº 0608859-89.2018.6.19.0000.

Publique-se em mural no PJe. Intimem-se.



Brasília, 12 de outubro de 2020.

Ministro Mauro Campbell Marques
Relator



Assinado eletronicamente por: MAURO CAMPBELL MARQUES - 12/10/2020 21:43:08

<https://pje.tse.jus.br:8443/pje-web/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=20101221430804800000043643434>

Número do documento: 20101221430804800000043643434